



O sistema internacional pós Guerra Fria-política externa republicana e a sociedade civil mundial na era da globalização.

Cruz Junior, Ademar Seabra da¹
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Junio 2008

Abstract

The International Post-Cold War System – U. S. Republican Foreign Policy and World Civil Society in the Age of Globalization.

This essay begins with a methodological discussion about the fundamental outlines of the post-1989 international system. Influential scholars have defined the new system according to traditional variables, dependent upon the polarities scheme inherited from Cold War times and on realist methodological premises. The emergence of a “new phase” of the globalization process showed that to consider state power as a structural axis of the system – in which the United States play a prominent role – is misleading and blurs the “real” configuration of power in this new system. The invasion of Irak by U. S. forces in march 2003 consisted in a privileged laboratory to determine this “real” configuration of power. Following the persistence of a pattern of power and language tone characteristic of the Cold War times (e. g., “who is not with us is in favor of terrorism”), the absence of a competitor or state competitors that could rival American power made the invasion more than a violation of principles of Law and Ethics. It can also be considered misleading and counterproductive in the light of American interests themselves, given its misperceptions and misconceptions of the new international realities. Two further components of this scenario are probed deeper in the essay: a) the redundancy and, to a certain extent, uselessness of military weapons for the promotion of the national interest; and b) the formation of a “new bipolarism”, which opposes United States republican foreign policy and the rising bloc of global civil society. This bloc has amassed impressive power resources, which make it the focus of an emergent international system, characterized by a new and atypical modality of conflict. The many epirical evidences gathered in the essay will hopefully sustain this argument.

Keywords: International System – Bipolarism – United States – Global - Civil Society

Documento de Trabajo, Nro.36, Junio de 2008. Universidad ORT Uruguay.
Facultad de Administración y Ciencias Sociales. ISSN 1510-7477

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em Filosofia e Método Científico pela London School of Economics (LSE) e em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB). Diplomata, ex-coordenador acadêmico do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) e professor visitante do Mestrado em Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Abstract

The International Post-Cold War System – U. S. Republican Foreign Policy and World Civil Society in the Age of Globalization.

This essay begins with a methodological discussion about the fundamental outlines of the post-1989 international system. Influential scholars have defined the new system according to traditional variables, dependent upon the polarities scheme inherited from Cold War times and on realist methodological premises. The emergence of a “new phase” of the globalization process showed that to consider state power as a structural axis of the system – in which the United States play a prominent role – is misleading and blurs the “real” configuration of power in this new system. The invasion of Irak by U. S. forces in march 2003 consisted in a privileged laboratory to determine this “real” configuration of power. Following the persistence of a pattern of power and language tone characteristic of the Cold War times (e. g., “who is not with us is in favor of terrorism”), the absence of a competitor or state competitors that could rival American power made the invasion more than a violation of principles of Law and Ethics. It can also be considered misleading and counterproductive in the light of American interests themselves, given its misperceptions and misconceptions of the new international realities. Two further components of this scenario are probed deeper in the essay: a) the redundancy and, to a certain extent, uselessness of military weapons for the promotion of the national interest; and b) the formation of a “new bipolarism”, which opposes United States republican foreign policy and the rising bloc of global civil society. This bloc has amassed impressive power resources, which make it the focus of an emergent international system, characterized by a new and atypical modality of conflict. The many epirical evidences gathered in the essay will hopefully sustain this argument.

Key words: International System – Bipolarism – United States – Global - Civil Society

Resumo

O Sistema Internacional pós Guerra Fria – Política Externa Republicana e a Sociedade Civil Mundial na Era da Globalização

O artigo parte de uma discussão metodológica para poder determinar as características do sistema internacional pós-1989. Textos da década de 1990 definiram o novo sistema a partir de variáveis tradicionais, assentadas no esquema de polaridades herdado da Guerra Fria e em instrumentos metodológicos do realismo nas relações internacionais. O advento da “nova fase” da globalização revelou que a visão dos eixos estruturantes do sistema a partir de vetores de poder estatal – em que se sobressaem os Estados Unidos – é insuficiente e distorce a real configuração de poder. A invasão do Iraque pelos EUA, em março de 2003, consistiu em laboratório para se determinar essa “real” distribuição de poder. Paralelamente à persistência de padrões de afirmação característicos da Guerra Fria (consubstanciados, por exemplo, na linguagem de que “quem não está conosco está a favor do terrorismo”), a inexistência de um competidor ou competidores estatais à altura dos EUA fez com que a

invasão correspondesse não somente a uma violação da ética e do direito, mas também a umequívoco à luz dos próprios interesses norte-americanos, que perfizeram leitura do novo cenário internacional a partir de instrumentos e conceitos defasados. Dois elementos complementares desse novo cenário são explorados no artigo: a) o caráter progressivamente redundante e ineficaz de instrumentos bélicos para a promoção de “objetivos nacionais”; e b) a formação de um novo bipolarismo, conformado pela política externa republicana e pelo bloco da “sociedade civil internacional”. Esta recorre a valores e utiliza-se de recursos de poder que a credenciam à condição de foco em um novo sistema internacional, caracterizado por modalidade inédita e atípica de conflito.

Palavras-chave: Sistema Internacional – Bipolarismo – Estados Unidos – Sociedade Civil Mundial

O Sistema Internacional pós Guerra Fria – Política Externa Republicana e a Sociedade Civil Mundial na Era da Globalização

Ademar Seabra da Cruz Jr.¹

Introdução – Bipolarismo Clássico e Teoria Tradicional das Relações Internacionais

Com o fim da Guerra Fria, muitos autores avaliaram, no começo dos anos 1990, que as relações internacionais estariam passando por transformações estruturais na direção do que seria um “momento unipolar”¹. Essa unipolaridade estaria associada ao universalismo dos valores professados predominantemente pelos Estados Unidos da América (EUA), tanto no plano doméstico, quanto no internacional. Esses valores seriam o triunfo da democracia liberal “realmente existente”, a economia de mercado, a meritocracia fundada na livre-iniciativa² e, no plano propriamente material, e não apenas simbólico ou ideológico, a incontestável supremacia norte-americana, tanto econômica quanto militar, cultural, científica e tecnológica.

Tal supremacia indicaria, por exemplo, a capacidade de os Estados Unidos fazerem prevalecer seus interesses – segundo a definição consagrada de “poder” – em todos os quadrantes do mundo. Essa fórmula elementar estabelece que nenhum outro país ou ator internacional disporia de melhores recursos ou condições para fazer valer seus interesses no cenário global – sobretudo no campo da segurança, das finanças e do comércio – do que os próprios EUA. Este país contaria com excedentes de poder de tal ordem que dispensaria a articulação de alianças, pactos ou negociações multilaterais complexas (contrariamente ao que se passou, por exemplo, com a França durante a era napoleônica ou com a Alemanha dos tempos de Hitler, ambas tendo sido derrotadas em guerras continentais por alianças de potências rivais) para que seus interesses pudessem prevalecer, seja por meio do consenso (caso, por exemplo, do ataque ao Afeganistão, após os atentados de 11 de setembro), seja em desafio à oposição de competidores (caso da invasão do Iraque).

A hipótese do unipolarismo dos anos 1990 apresenta, assim, dois elementos essenciais, que convivem com certo grau de tensão e que afloram justamente após o ciclo que culminou na extinção da União Soviética. O primeiro seria a supremacia militar norte-americana, que corresponde, em termos tecnológicos, orçamentários e de aparato bélico, a mais de 36% do total mundial, percentual ainda maior em termos de agilidade para mobilização, deslocamento e operação de tropas no terreno (The Economist, 2002:4). O outro aspecto é de natureza ideológica e ético-política, uma vez que o unipolarismo não é caracterizado somente pelo poder econômico-militar, mas envolve a preponderância de certas visões de mundo – consubstanciadas na visão liberal-democrática – que passaram a reclamar, com intensidade cada vez maior, presença efetiva na organização política de diversos países, ascendência e autoridade em relação às visões competidoras³.

* Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em Filosofia e Método Científico pela London School of Economics (LSE) e em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB). Diplomata, ex-coordenador acadêmico do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) e professor visitante do Mestrado em Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Em que pesem as evidências de que os Estados Unidos se haviam firmado como a única superpotência do pós-Guerra Fria, a teoria das Relações Internacionais desse período (de viés menos triunfalista) assinalava as dificuldades – e até mesmo a impossibilidade – de que o sistema internacional pudesse perdurar por longo tempo sob um esquema unipolar⁴. A recente campanha militar norte-americana no Iraque indica, contudo, à primeira vista, que não há elementos que autorizem a avaliação de que o poder norte-americano no mundo poderia estar, de alguma forma, em declínio. A dificuldade de se apresentar conclusões incontrovertidas e duradouras quanto a esse ponto fundamental da teoria e da política internacionais dos nossos dias radica, entretanto, não na identificação de uma dimensão ontológica da ordem e do sistema internacional contemporâneo – que descreva a “real” distribuição de poder no cenário internacional –, mas em uma limitação metodológica das análises disponíveis. Tal limitação decorre do fato de que essas análises freqüentemente associam grandezas, características e elementos da realidade internacional que podem, na essência, serem aparentemente imponderáveis ou mesmo incompatíveis entre si. Desse modo, torna-se contraproducente compreender a dinâmica do sistema internacional nos termos da ótica sistêmica do realismo tradicional, tal como preconizada por Layne (1993:12): “[...] em um sistema unipolar, as pressões estruturais sobre os competidores para aumentar seu poder relativo e tornarem-se grandes potências devem ser irresistíveis. Se não adquirem recursos de poder para se tornarem grandes potências, podem ser dominados pelo Estado hegemônico”.

Conceitos-chave acima empregados, e sua relação com uma nova ontologia do poder internacional – como, por exemplo, “Estados competidores” e “recursos característicos de potência” –, soariam um tanto anacrônicos. Neste artigo, pretendo desenvolver dois argumentos convergentes, que apontam para uma mesma conclusão. O primeiro é de que o sistema internacional contemporâneo não pode ser caracterizado adequadamente como unipolar, conforme consta da análise predominante das Relações Internacionais. O segundo é que a própria tese das polaridades, que se fixou no corpo da disciplina a partir das análises sistêmicas de Kaplan (1957a; 1957b; 1968; 1969) – e, em menor medida, de Rosecrance (1973) – perde sua utilidade e referência a partir das próprias transformações mundiais associadas com o fim da Guerra Fria e com o advento da globalização. Tais argumentos apontam, por sua vez, para duas conclusões complementares, não necessariamente originais, mas que reforçam a compreensão teórica e analítica do momento singular vivido nas relações internacionais dos últimos quinze anos: a de que a globalização engendrou uma redefinição e, mais importante, um redimensionamento do conceito de poder e que, sob esse aspecto, considerar o sistema internacional contemporâneo como “unipolar” corresponde a uma impropriedade; a segunda conclusão é que a distribuição do poder internacional está pulverizada por muitos vetores (e não propriamente pólos), que podem, no entanto, ser agrupados em duas grandes forças antagônicas.

O recurso à linguagem metodológica da era da confrontação bipolar depara-se, portanto, com severas limitações para ser transplantado para os dias atuais, de modo que a própria definição de “antagônico” tem de ser vista com reserva e cautela. Outro fator crucial para descrever o cenário contemporâneo é que a oposição entre dois grandes blocos de poder não pode ser definida com base nos isomorfismos que caracterizam a teoria sistêmica clássica das Relações Internacionais⁵. A oposição que se verifica hodiernamente nas relações internacionais, a que se refere o título deste trabalho, não se dá entre dois

comunitários ainda se sobrepõem aos universalistas que correspondem ao padrão da sociedade civil internacional. Aqueles valores mais conservadores correspondem a uma visão abrangente, e quase escatológica, da realidade, em que as relações familiares e sociais, o mundo do trabalho, a hierarquia social e a cultura stricto sensu estão subordinados a um habitus (no sentido empregado por Bourdieu⁴⁶) que, para aquelas comunidades, corresponde a uma visão unívoca e quase messiânica da verdade.

Nesse universo, forja-se uma aguda antinomia entre a política externa republicana e as linhas dinâmicas da globalização: aquela está calcada em uma visão “forte” e inflexível da realidade; esta pressupõe a falência das doutrinas “totais” e o “fato do pluralismo”, ou seja, o fato de que nenhuma doutrina pode pretender escudar-se no Estado para se apresentar como expressão da realidade (o que Rawls define como a “aplicação da tolerância à própria filosofia”). A globalização pressupõe uma pluralidade de atores, uma variedade de discursos e uma razão dialógica voltada para a construção do consenso; a política externa republicana está pautada pela visão de que o ator preponderante do cenário internacional é o Estado Nacional monolítico e, em última análise, o próprio chefe de Estado. A primeira está pautada pela primazia dos meios, das regras e do direito sobre as visões de mundo; a outra, pela primazia das visões de mundo sobre o direito. Para uma, a história consiste em um processo guiado pelas diretrizes da razão; para outra, o fim da história coincide com uma visão unívoca do mundo, tanto na sua substância, quanto na forma, expresso em slogans maniqueístas e em visões simplificadoras de questões e interesses complexos.

Seria pouco apropriado, assim, afirmar pura e simplesmente que os Estados Unidos constituem um pólo do novo bipolarismo, quando se considera que esse padrão contemporâneo de conflito foi transplantado para a própria ordem interna do país, dividido entre duas visões e dois processos históricos inconciliáveis. As eleições nacionais, apesar de não esgotarem a complexidade dessa hipótese, correspondem a um guia importante para identificar os loci de atuação desses dois campos de força da política internacional na própria ordem político-social interna dos Estados Unidos. A seguinte passagem, de uma entrevista de um dos principais assessores de imprensa de George Bush, sintetiza, com acuidade (exceto, talvez, pela razão numérica sugerida), a configuração do novo bipolarismo internamente nos Estados Unidos:

“Vocês pensam que [o presidente] é um idiota, não? Todos vocês pensam assim, da Costa Oeste, da Costa Leste, e de algumas quadras do sul de Manhattan chamadas Wall Street. Mas isso não nos atinge. Vocês são superados na ordem de 2 para 1 pelas pessoas do vasto meio-oeste norte-americano, por pessoas ocupadas e laboriosas que não lêem o New York Times, nem o Washington Post nem o Los Angeles Times. E sabe o que esse povo acha? Eles gostam do jeito que [o presidente] caminha, aponta e transpira confiança. Têm fé nele. E quando vocês o atacam por suas gafes, por sua sintaxe confusa, é bom para nós. Porque essas pessoas não gostam do jeito de vocês” (Suskind, 2004).

A acuidade com que este depoimento revela a profunda divisão dos Estados Unidos – que Ron Suskind define como uma divisão entre a “presidência baseada na fé” (faith-based presidency) e os que estão apegados à realidade (reality-based community) (idem) – foi

reforçada pelos resultados eleitorais das eleições presidenciais que se seguiram, em novembro de 2004. O candidato democrata John Kerry venceu o presidente George Bush por larga margem nas cidades e regiões do país mais expostas aos chamados “ecos da globalização”, regiões mais sensíveis e permeáveis a um discurso universalista calcado em valores deontológicos e de primazia do direito sobre a causa. Defato, o democrata venceu em onze estados da Nova Inglaterra e na costa Oeste do país, exatamente como vaticinara o conselheiro de imprensa do presidente Bush. Venceu em treze (ou catorze, considerando-se a área do condado de Harris/Houston, no Texas) das dezesseis cidades mais populosas do país (Nova Iorque, Los Angeles, São Francisco, San Diego, Chicago, Filadélfia, Detroit, Dallas, Baltimore, Indianápolis, Memphis, Washington, D.C. e Milwaukee), normalmente na razão inversa daquela postulada pelo referido funcionário, ou seja, 2 para 1. Em Nova Iorque (Manhattan, Queens e Brooklin), Kerry teve quase 1.340.000 votos, contra pouco mais de 400 mil de Bush; em Washington, D.C., foram 183 mil votos de Kerry contra 19 mil de Bush, ordem de 9 para 1. Na Filadélfia, foram 524 mil votos de Kerry contra 125 mil de Bush.

Esses últimos números de Nova Iorque, Washington e Filadélfia são particularmente importantes quando se considera que foram as cidades e regiões diretamente atacadas pelos terroristas da Al-Qaeda em 11 de setembro de 2001. Ou seja, foi inexpressiva a resposta dessas cidades aos argumentos dos republicanos de que a invasão do Iraque, a tentativa de desestruturar o sistema multilateral, as violações de direitos humanos em Abu-Ghraib e Guantánamo⁴⁷, a pressão para se suspender direitos civis e liberdades políticas no próprio território norte-americano e os vários pretextos sem fundamento utilizados para justificar a invasão do Iraque, entre outros, correspondiam a justificativas válidas para promover a segurança dos Estados Unidos.

De fato, Nova Iorque, Washington e Filadélfia, além de inúmeras outras importantes cidades e estados do país, sintonizados com os valores e princípios da sociedade civil internacional, acreditam que a concertação, o reforço do multilateralismo e o respeito ao direito internacional seriam armas mais eficazes para se conter o flagelo do terrorismo⁴⁸. Não surpreende, desse modo, que as inteligências norte-americana e britânica tenham estimado um crescimento de cerca de 200 mil novos combatentes no Oriente Médio para as fileiras da resistência contra a ocupação no Iraque.

Conclusão

A idéia de bipolarismo, tanto pré quanto pós-1989, compreende a existência de dois vetores de força no cenário internacional, de dois pólos militares mais ou menos equipolentes, em um caso, e de duas ordens de força não propriamente comparáveis entre si, em outro. As duas modalidades de sistema bipolar são caracterizadas pelo conflito de ideologias cujo sistema de valores, entretanto, no caso do novo bipolarismo, em um de seus pólos – sociedade civil internacional – não é construído segundo uma ótica totalizante, uma vez que privilegia a ética de responsabilidades, os meios em relação aos fins. O novo bipolarismo encerra, no entanto, o problema complexo da fungibilidade de poder, que representa a chave para se compreender a constituição e a correlação de forças entre os dois pólos em conflito. A forma como os Estados Unidos se mantiveram como um dos pólos de poder no novo sistema internacional pouco pode ser atribuída ao seu aparato militar, e isso

teria ficado patente com os ataques de 11 de setembro, uma vez que uma das conseqüências do colapso da ex-URSS foi o desaparecimento dos “inimigos” estatais dos EUA; os ataques da Al-Qaeda aos Estados Unidos revelaram, por outro lado, que o poder militar norte-americano perdera substancialmente o caráter dissuasório de que dispunha, uma vez que se mostrou impotente para conter ataques não convencionais. A ordem internacional pós-1989, a globalização e o novobipolarismo, ao caracterizarem-se por uma subtração do poder do Estado Nacional em proveito de uma muito mais ampla variedade de atores – e até mesmo de alguns indivíduos influentes (Forman, Lyman e Patrick, 2002) –, tornaram anacrônica a organização do Estado e a formulação da política exterior em torno de bases rígidas e monolíticas, em prol de uma maior fluidez e intensidade das negociações e da cooperação internacional. Nos anos imediatamente pós-Guerra Fria, a administração democrata dos EUA ensaiou uma inserção dos Estados Unidos na nova ordem de valores que o próprio país tanto contribuíra para criar. A era republicana subsequente, porém, ao tentar recriar uma ordem bipolar nos moldes anteriores (“os que não estão conosco estão contra nós”), produziu uma situação de desajuste e inadequação da política externa norte-americana aos postulados da nova ordem internacional.

Um primeiro grande desajuste, ou percepção errônea, é no sentido de que nenhum ator internacional legitimamente reconhecido deseja “destruir ou derrotar” os EUA, como era o caso do bloco comunista antes de 1989; a grande maioria desses atores deseja, porém, que o governo dos EUA atualize as lentes defasadas pelas quais enxerga a ordem internacional. A atual administração republicana crê cegamente que o emprego da força militar é o antídoto – quando pode, na verdade, ser o fator causal – de diversos problemas globais. Outra inadequação é a injustificável desconfiança dos EUA em relação à ação multilateral, como instrumento de fortalecimento da segurança nacional e coletiva. O terrorismo, como problema internacional que atinge não apenas os EUA, requer ampla coordenação internacional para que suas redes possam ser desbaratadas, por meio, por exemplo, da entrada em vigor de uma Convenção Global das Nações Unidas que ajude a definir e a diagnosticar o tema. Uma terceira inadequação é que a maioria esmagadora de países do mundo, diante das dificuldades crescentes de dialogar simétrica e construtivamente com os EUA, está reforçando a cooperação e a coordenação entre si, especialmente por meio do recrudescimento das iniciativas de integração, o que reforça, por sua vez, o sentimento de isolamento dos Estados Unidos, que não traz benefício algum para o sistema internacional. As dificuldades inerentes aos projetos de integração hemisférica nas Américas contrastam, nesse sentido, com os progressos verificados em diversos outros blocos políticos e comerciais, e notadamente na América do Sul e União Européia, que poderá ter sua Constituição política e jurídica plenamente vigente em nos próximos anos.

A questão da fungibilidade de poder no novo bipolarismo está diretamente vinculada, portanto, à defasagem à incompatibilidade de visões entre os dois grandes vetores de poder. Um deles está à margem das transformações da política mundial que resultaram na queda do Muro de Berlim e na instauração de uma ordem calcada em valores cosmopolitas, especialmente no que diz respeito aos direitos humanos. Pode-se dizer, nesse sentido, que o governo republicano dos EUA não soube interpretar corretamente as próprias circunstâncias que levaram ao triunfo da democracia liberal no embate de idéias do século XX. A abordagem precipitada da questão da segurança nacional levou o país a adotar respostas pavlovianas às ameaças, reais e imaginárias, que lhe eram dirigidas, calcadas no

hábito, desenvolvido durante os anos da Guerra Fria, de intervir militarmente onde quer que seus interesses pudessem ser contrariados. A extrema facilidade com que as tropas norte-americanas invadiram o Iraque, e a enorme dificuldade que enfrentam para saírem do país, são expressões concretas desse desajuste da visão norte-americana em relação aos novos tempos. Em síntese, o poder militar dos EUA não é suficiente para lhe propiciar segurança, nem credibilidade, nem o reconhecimento ou a gratidão dos iraquianos, por terem-se livrado de um ditador. É um poder, no mundo pós-1989, contraproducente, redundante e crescentemente infungível, que enfrenta a competição dos novos vetores surgidos na ordem pós-1989.

O problema da fungibilidade de poder também se coloca para o pólo da sociedade civil internacional. Os valores cosmopolitas que tal sociedade sustenta se constituem em instrumentos de mudança do cenário internacional, a partir, inicialmente, das pressões, em nível doméstico, pelo respeito irrestrito aos direitos humanos, à proteção do meio ambiente e da biodiversidade, pela promoção de condições de trabalho dignas, pela atenção especial dada a segmentos e etnias mais vulneráveis, pela atenção à saúde e pelo combate à fome e à pobreza. Tais pressões, que aumentam de intensidade e se multiplicam em redes formadas por atores de distintas características e modalidades de operação, criam ônus e dificuldades crescentes para os violadores desses princípios. Em tempos de globalização, os custos do isolamento tornam-se ainda mais elevados, ao passo que os movimentos de cooperação geram benefícios colaterais e excedentes de poder em diversas áreas das relações internacionais.

As dificuldades domésticas geradas para os governos dissociados dos princípios do multilateralismo, ainda que em questões cruciais como segurança coletiva, são evidentes. Tais dificuldades fizeram-se e fazem-se presentes para os governos que estiveram com os EUA no Iraque, como Espanha, Portugal, Itália, Reino Unido, Holanda e Angola, entre outros⁴⁹. Nos EUA, a política externa republicana tornou-se fator de divisão da sociedade, refletida nos resultados das eleições de novembro de 2004, mas também em uma série de questões domésticas cujo tratamento exige crescente coordenação multilateral, como é o caso de direitos humanos e meio ambiente.

Com relação a esse último tema, praticamente os mesmos estados onde John Kerry venceu George Bush em 2004 (Califórnia, Nova Iorque e outros onze estados da Nova Inglaterra) decidiram opor-se abertamente à decisão de Washington de não ratificar o Protocolo de Kyoto. Nova Iorque – por decisão do governador republicano George Pataki – estipulou metas de redução de gases causadores do “efeito estufa” em 10%, no ano de 2010, em relação às emissões de 1990, e em 20%, no ano de 2020, decisão adotada pelo governador também republicano da Califórnia. Em toda a Nova Inglaterra, formou-se a Regional Greenhouse Gas Initiative (RGGI), voltada para a implementação das diretrizes do Protocolo na região, em desafio à política republicana de não reconhecer este e outros cruciais compromissos ambientais destinados a mitigar as conseqüências nefastas da industrialização para a habitabilidade do planeta (Shah, 2004). Esses e outros exemplos consistem, portanto, em demonstrações cabais de que os conflitos característicos do novo bipolarismo constituem traço constitutivo das relações internacionais nos tempos atuais, envolvendo, como não poderia deixar de ser, os mecanismos de solidariedade da própria

sociedade norte-americana, cujo governo vem a ser um dos pólos dessa nova confrontação bipolar.

O quadro desse conflito é, entretanto, bastante obscuro: um dos pólos, o do unilateralismo e da coerção, superdimensiona inimigos e rivais (alguns outros Estados, movimentos organizados da sociedade civil internacional, a oposição democrata doméstica), que não vislumbram nos EUA, por sua vez, um inimigo ou rival, mas um aliado que deve ser envolvido em esquemas de cooperação para a otimização de resultados e de políticas que dizem respeito a toda a humanidade. Esse mesmo pólo unilateralista não pode ser visto como monolítico, como à época da Guerra Fria, justamente pelo fato de vastos setores expressivos e influentes de sua sociedade estarem do outro lado da nova relação bipolar – diversamente, portanto, ao que ocorria nos tempos da Guerra Fria. Do lado da sociedade civil internacional, subsiste, paradoxalmente, uma intensa militância antiglobalização, que confunde o governo dos Estados Unidos com o país em si, e não percebe que, como militantes antiglobalização, aprofundam ainda mais o processo de globalização. Tal militância não percebe, ademais, que o fenômeno vai muito além da anarquia característica dos mercados financeiros globais, objeto primordial de seus protestos. Outro fator obscuro dessa nova relação antitética reside nos diversos oximoros incorridos no discurso e na prática do pólo unilateralista: imposição da liberdade, restrição aos direitos humanos para imposição dos direitos humanos, invasão militar contra o terrorismo, desenvolvimento insustentável, segurança com coerção e sem coordenação, imposição da paz pelo aumento do orçamento militar, paz pela intimidação etc.

A sociedade civil internacional tem pela frente a tarefa de construção de um novo sistema que aponta para a superação de maniqueísmos e de simplismos de qualquer natureza. Será um mundo em que não se discutirão estratégias para a superação de adversários, mas de problemas que transcendem o âmbito estritamente nacional. Problemas demasiadamente grandes, que dizem respeito à humanidade, ou demasiadamente pequenos, que interessam notadamente às comunidades. O papel do Estado será o de coordenar e articular esses níveis, e não de subordinar questões próprias a esses níveis aos seus interesses particulares. As instâncias multilaterais, e notadamente a ONU, são o grande “instante legitimador” dessa nova ética universalista, em que os atores estatais reconhecem a primazia da superação de problemas comuns em detrimento de suas visões específicas desses problemas, e em que a coordenação dessas visões e a habilidade de interpretá-las serão os grandes diferenciais de ação dos Estados e demais atores internacionais. Coordenação, multilateralismo, tolerância e gradualismo serão a senha desses novos tempos. Tempos em que norte-americanos em viagem pela Europa não mais necessitarão simular sua verdadeira nacionalidade, podendo, com legítimo e justificado orgulho, voltar a exhibir os símbolos do seu país.

Referências Bibliográficas

ANHEIER, H., GLASIUS, M. e KALDOR, M. (eds.). (2001), *Global Civil Society 2001*. Oxford, Oxford University Press.

ARAÚJO CASTRO, João Augusto de. (1982), “O Congelamento do Poder Mundial”, in Araújo Castro. Brasília, Ed. da UnB, pp. 56-81.

BAHRO, Rudolf. (1980), *La Alternativa (Contribución a la Critica del Socialismo Realmente Existente)*. Madri, Alianza.

BELL, Daniel. (1988), “Previewing Planet Earth in 2013”. *Washington Post*, 3 de janeiro.

BOOTH, Ken. (1997), “Security and Self Reflections of a Fallen Realist”, in K. Krause e M. C. Williams (eds.), *Critical Security Studies, Concepts and Cases*. Minneapolis, University of Minnesota Press, pp. 83-119.

BOURDIEU, Pierre. (1972), *Esquisse d'une Theorie de la Pratique*. Genève, Droz.

CALHOUN, Craig (ed.). (1993), *Habermas and the Public Sphere*. Cambridge, MIT Press.

CARRAL, Jean. (1971), *La Prise du Pouvoir Mondial*. Paris, Denöel.

CASTELLS, Manuel. (1996), *The Rise of Network Society. The Information Age: Economy, Society and Culture*. Oxford, Blackwell, vol. 1.

COSTA, Eugênio. (2004), “Compreendendo o Fenômeno do Terrorismo”, in C. Brigagão e D. Proença Jr., *Paz e Terrorismo*. São Paulo, Hucitec, pp. 197-222.

COUTAU-BÉGARIE, Hervé. (2002), *Seapower in the Mediterranean in the XVIIIth – XIXth Centuries*. Paris, Institut de Stratégie Comparée/Economica, cap. VI.

CRUZ JR., Ademar. (1995), *Os Eufemismos da Dominação: Discurso, Mitos e Ritos da Democracia como Ideologia*. Dissertação de Mestrado, DCP/UnB.

. (2004), “Estudos e Pesquisas de Paz: Novos Padrões, Novas Realidades”, in D. Proença Jr., e C. Brigagão, *Panorama Brasileiro de Paz e Segurança*. São Paulo, Hucitec, pp. 80-113.

DOUGLAS, Jehl. (2005), “Army Details Scale of Abuse of Prisoners in an Afghan Jail”. *New York Times*, 12 de março.

FORMAN, Shepard, LYMAN, Princeton e PATRICK, Stewart. (2002), *The United States in a Global Age: The Case for Multilateral Engagement*. New York, New York University, Center on International Cooperation/The Free Press.

- FUKUYAMA, Francis. (1992), *The End of History and the Last Man*. New York, The Free Press.
- GEHLEN, Arnold. (1994), "Post-Histoire", in H. Klages e H. Quaritsch (eds.), *Zur Geisteswissenschaftlichen Bedeutung Arnold Gehlens*. Berlin, Duncker & Humblot, pp. 885-895.
- GILL, Stephen (ed.). (1993), *Gramsci, Historical Materialism and International Relations*. Cambridge, Cambridge University Press.
- GORBACHEV, Mikhail. (1987), *Perestroika*. São Paulo, Best Seller.
- GUINNESS WORLD RECORDS. (2004), *Guinness Book of Records 2005*. Mexico/Miami, Editora Planeta.
- HABERMAS, Jürgen. (1984), *Mudanças Estruturais na Esfera Pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
(1997), *Between Facts and Norms*. Cambridge, Polity.
- HELD, David, MCGREW, Anthony G., GOLDBLATT, David e PERRATON, Jonathan. (1999), *Global Transformations*. Oxford/Cambridge, Polity.
- HIBBS, Douglas D. (1977), "Political Parties and Macroeconomic Policy". *American Political Science Review*, vol. 71, n° 4, pp. 1.467-1.487.
- HOFFMANN, Stanley. (1978), *Primacy or World Order*. New York, McGraw Hill.
- HUMAN SECURITY CENTER – UNIVERSITY OF BRITISH COLUMBIA. (2005), *Human Security Report 2005 –War and Peace in the 21st Century*. New York/Oxford, Oxford University Press.
- KAPLAN, Morton. (1957a), *System and Process in International Politics*. New York, Columbia.
- . (1957b), *System and Process in International Politics*. New York, John Wiley & Sons.
- . (1968), *New Approaches to International Relations*. New York, St. Martin's Press.
- . (1969), "Variants on Six Models of the International System", in J. Rosenau (ed.), *International Politics and Foreign Policy: A Reader in Research and Theory*. New York, Free Press, pp. 291-303.
- . (1983), *The Wizards of Armageddon*. New York, Simon and Schuster. e KATZENBACH, Nicholas. (1963), "The Political Foundations of International Law". *Michigan Law Review*, vol. 61, n° 5, pp. 1.015-1.024.

KENNAN, George. (1947), "The Sources of Soviet Conduct". Foreign Affairs, vol. 25, n° 4, pp. 566-582.

KENNEDY, Paul. (1992), The Rise and Fall of the Great Powers. New York, Pergamon.

KEOHANE, Robert e NYE, Joseph. (1977), Power and Interdependence: World Politics in Transition. Boston, Little Brown.

. (1998), "Power and Interdependence in the Information Age". Foreign Affairs, vol. 77, n° 5, pp. 81-94.

KIRCHHEIMER, Otto. (1966), "The Transformation of the Western European Party Systems", in J. LaPalombara e M. Weiner, Political Parties and Political Development. Princeton, Princeton University Press, pp. 177-200.

KRAUTHAMMER, Charles. (1990/1991), "The Unipolar Moment – America and the World". Foreign Affairs, vol. 70, n° 1, pp. 23-33.

LAYNE, Christopher. (1993), "The Unipolar Illusion: Why New Great Powers Will Rise". International Security, vol. 17, n° 4, pp. 5-51.

LEHMANN, Nicholas. (2002), "The Next World Order". The New Yorker, 1° de abril.

LE MONDE. (2006), "L'Italie Doit Repartir de l'avant", 12 de abril.

LEWIS, Neil. (2004), "Red Cross Finds Detainee Abuse in Guantánamo". New York Times, 30 de novembro.

MORIN, Edgar. (1991), La Méthode – Les Idées. Paris, Ed. du Seuil.

MULLHOLLAND, Hélène. (2004), "Local Election 'Kicking' for Labour". The Guardian, 11 de junho.

NOZICK, Robert. (1974), Anarchy, State and Utopia. New York, Basic Books.

NYE, Joseph. (2002), The Paradox of American Power. New York, Oxford University Press.

OLIVERA, Dario. (2005), "Storace: l'illusione e la sconfitta: 'Un' Ecatombe in tutta Italia". La Repubblica, Roma, 5 de abril.

PANIKKAR, Raimundo. (1983), "É a Noção dos Direitos do Homem um Conceito Ocidental?". Diógenes – Revista Internacional de Ciências Humanas. Brasília, Editora da UnB/UNESCO, n° 5, pp. 5-28.

PARSONS, Talcott. (1951), The Social System. Glencoe, The Free Press.

- PECEQUILO, Cristina. (2003), A Política Externa dos Estados Unidos. Porto Alegre, Ed. da UFRGS.
- PETTIT, Philippe. (1993), “Negative Liberty, Liberal and Republican”. European Journal of Philosophy. Oxford, Basil Blackwell, vol. 1, n° 1, pp. 15-38.
- PRZEWORSKI, Adam. (1989), Capitalismo e Social-Democracia. São Paulo, Companhia das Letras.
- RAPOPORT, Anatol. (1971), “The Uses of Mathematical Isomorphism in General Systems Theory”, in G. J. Klir (ed.), Trends in General Systems Theory. New York, Wiley, pp. 42-77.
- . e CHAMMAH, Albert. (1965), Prisoner's Dilemma: A Study in Conflict and Cooperation. Michigan, University of Michigan Press.
- RAWLS, John. (1991), Political Liberalism. New York, Columbia University Press.
- ROSECRANCE, Richard. (1973), International Relations: Peace or War? New York, McGraw-Hill Book Company.
- ROSENAU, James N. (1995), “Governance and Democracy in a Globalizing World”, in D. Archibugi, D. Held e M. Kohler (eds.), Re-imagining Political Community: Studies in Cosmopolitan Democracy. Cambridge, Polity.
- ROSENBERG, Arthur. (1986), Democracia e Socialismo – História Política dos Últimos Cento e Cinquenta Anos. Rio de Janeiro, Global.
- ROY MORGAN RESEARCH CENTRE. (2003), “Is the US Too Keen to Use Military Force in other Countries?”. Disponível em http://www.roymorgan.com/resources/pdf/update/2003/update_q2_2003.pdf.
- RUMMEL, Rudolph. (1997), Statistics of Democide: Genocide and Mass Murder since 1900. Charlottesville, Center for National Security Law/School of Law, University of Virginia.
- SCHLESINGER, Arthur. (1987), Cycles of American History. London, Andre Deutsch.
- SHAH, Saaed. (2004), “U.S. States Defy Bush Over Greenhouse Gases”. Independent, London, 12 de novembro.
- SOROKIN, Pitirim A. (1928), Contemporary Sociological Theories. New York, Harper.
- . (1957), “The Principle of Immanent Change”, in Social and Cultural Dynamics. Boston, Porter Sargent, pp. 639-646.

. (1965), "Sociology of Yesterday, Today and Tomorrow". American Sociological Review, vol. 30, nº 6, pp. 833-843.

SPENCER, Herbert. (1888), First Principles. New York, Appleton. . (1898), "The Nature of Society", in The Principles of Sociology. New York, Appleton & Co.

SUSKIND, Ron. (2004), "Without a Doubt". New York Times, 17 de outubro.

THE ECONOMIST. (2002), "Present at the Creation – A Survey of America's World Role", 29 de junho.

TUNER, Mark. (2004), "80% of Iraqis Want Coalition Troops Out". Financial Times, London, 7 de julho.

WALTZ, Kenneth. (1959), Man, the State and War. New York, Columbia University Press.

. (1979), International Politics. Reading, Addison-Wesley.

. (1999), "The Stability of a Bipolar World", in W. Phil, D. Goldstein e J. Shafritz, Classic Readings of International Relations. Forth Worth, Harcourt Brace, pp. 77-85.

WENDT, Alexander. (1992), "Anarchy is what States Make of It: The Social Construction of Power Politics". International Organization, vol. 46, nº 2, pp. 391-425

. (1995), "Constructing International Politics". International Security, vol. 20, nº 1, pp. 71-81.

(2003), "Why a World State is Inevitable". European Journal of International Relations, vol. 9, nº 4. Disponível em <http://www.comw.org/qdr/fulltext/03wendt.pdf>.

WIGHT, Martin. (1992), International Theory: The Three Traditions. New York, Holmes & Meier.

ZOGBY INTERNATIONAL. (2004), Impressions of America 2004 – How Arabs view America / How Arabs Learn about America (A Six-Nation Survey Commissioned by the Arab American Institute). New York/Washington, Zogby International.

Notas

¹ Dois dos textos mais influentes que assinalaram a instauração de uma ordem unipolar nas relações internacionais pós-1989 foram Krauthammer (1990/1991) e Fukuyama (1992).

² Foi Robert Nozick (1974) quem melhor fundamentou, após Locke, o princípio meritocrático como base de uma sociedade justa, concepção sistematicamente refutada no debate filosófico posterior, especialmente por teóricos comunitaristas, neo-utilitaristas e liberais. A concepção arqui-liberal de Nozick ficou conhecida como uma instância do “anarco-capitalismo”.

³ Talvez o evento emblemático que tenha singularizado a preponderância dessa visão de mundo tenha sido a aprovação da Conferência de Viena sobre Direitos Humanos, de junho de 1993, que consagrou, entre outros princípios, o da universalidade e indivisibilidade desses direitos. Posição precursora discrepante da hipótese universalista dos direitos humanos está contida em Panikkar (1983).

⁴ O autor que talvez melhor tenha se dedicado a refutar a tese da unipolaridade sob um prisma realista-sistemático foi Christopher Layne (1993). Outros que, com diferentes argumentos, chegaram à conclusão de Layne, foram Kenneth Waltz (1979) e Paul Kennedy (1992). Normalmente, e grosso modo, o debate entre unipolarismo e bi ou multipolarismo pode ser diretamente associado à conhecida controvérsia entre “declinistas” e “revitalizacionistas”, referente à situação do status hegemônico dos Estados Unidos na ordem internacional contemporânea. O debate prossegue com a adesão de novos representantes, dos dois lados do debate, já nos primeiros anos desta década.

⁵ A noção de isomorfismo compreende que as características essenciais de um determinado sistema social – no caso, o internacional – podem ser transplantáveis para outros sistemas e para outras épocas, teoria que fundamentou algumas tentativas de se “naturalizar” as Ciências Sociais e as próprias Relações Internacionais. Os autores que mais conspicuamente buscaram transplantar características isomórficas da teoria geral dos sistemas para as relações internacionais foram Kaplan (1957a; 1957b) e Rapoport (1971).

⁶ Argumentarei, mais adiante, que essa confrontação não era tão vigorosa como sempre se supôs.

⁷ A definição de Castells (1996:469) de “sociedades em rede” preceitua que constituem “a nova morfologia social de nossas sociedades. A disseminação da lógica da interconexão (networking) modifica substancialmente a operação e resultados de processos produtivos, de aquisição de experiência, poder e cultura”.

⁸ Embora a Doutrina de Defesa Estratégica dos EUA mencione o Irã, a Coréia do Norte e a Síria como “Estados párias”, alvos possíveis do poder dissuasório daquele país, eles não podem, por si só, isoladamente ou em conjunto, constituírem antípodas comparáveis aos EUA em um cenário sistêmico tradicional de polaridades. A “U. S. Nuclear Posture Review”, outro documento divulgado pelo Pentágono em março de 2002, estende a

possibilidade de uso de armas nucleares pelo governo dos EUA também contra a China, a Rússia e a Líbia, além dos países acima mencionados, mais o Iraque, antes da invasão de março de 2003. Essa caracterização de possíveis novos alvos militares dos EUA se revela anacrônica, não só pelo fim da Guerra Fria, mas também pelo fato de que tanto a Rússia quanto a China não assumem o papel de rivais tradicionais – ou seja, não se engajam em corridas armamentistas com os EUA nem pretendem estabelecer novos mecanismos de balanço de poder, em termos coercitivos – segundo a lógica presumida pelo Pentágono. A total ausência de resistência pelo Iraque na invasão de 2003 e o posterior abandono do linguajar hostil contra a Rússia e a China, entre outros possíveis exemplos, denotam um reconhecimento implícito da ineficácia do padrão da confrontação como elemento norteador da política internacional na era pós-Guerra Fria. Um reconhecimento tácito de que, afinal, nenhum Estado Nacional representa genuinamente ameaça contra a segurança nacional dos Estados Unidos.

⁹ A distinção entre poder “coercitivo” e “de atração” (hard power e soft power) foi inicialmente formulada por Robert Keohane e Joseph Nye (1977). Uma atualização dessa antinomia à luz dos novos tempos pós-Guerra Fria foi proposta pelos mesmos autores em “Power and Interdependence in the Information Age” (1998). Ressalte-se ainda a analogia entre a postura isolacionista e o debate clássico (presente em A República de Platão, por exemplo) em torno dos custos necessários ao exercício da democracia.

¹⁰ O argumento de que um possível “novo bipolarismo” não tem os EUA como pólo necessário é o fato de esse modelo não poder ser estendido automaticamente à maior parte dos anos 1990, durante o governo Clinton.

¹¹ Para as diferenças mais expressivas entre o mundo bipolar e a nova era da globalização política, ver Cruz Jr. (2004).

¹² Outra referência de relevo sobre o tema, dedicada em grande parte à análise dessa categoria no pensamento habermasiano – que remontaria pelo menos à sua tese de liberdade (Habermas, 1984) – é a coletânea editada por Calhoun (1993).

¹³ É necessária grande cautela no uso de categorias gramscianas como instrumento de análise das relações internacionais contemporâneas. Embora a idéia de disputa ideológica não militar, com fundamento em critérios de persuasão (sobretudo de natureza ética), seja consistente com o pensamento de Gramsci, este vislumbrava a disputa ideológica no marco do Estado-nação e, além disso, considerava essa disputa como imbuída de um forte sentido teleológico, que se confundia com a hegemonia e a direção político-cultural da sociedade pelo socialismo. Embora tais objetivos sejam vistos, em certa medida, como anacrônicos – diante da complexidade inerente ao debate sobre o que exatamente representariam idéias socialistas nos dias atuais –, o método de Gramsci para a disputa política ficou consagrado no âmbito do Estado-nação e vem sendo adotado por numerosas e influentes forças políticas do cenário internacional contemporâneo. Para uma análise da influência do pensamento gramsciano nos estudos internacionais contemporâneos, ver Gill (1993).

¹⁴ Acorrente de comércio do país situava-se, à época, em poucas centenas de milhões de dólares, em contraposição às centenas de bilhões dos tempos atuais.

¹⁵ Arnold Gehlen (1994) denomina esse sentimento de perenidade da Guerra Fria como a pós-história.

¹⁶ Araújo Castro (1982), no célebre artigo “O Congelamento do Poder Mundial”, denunciava a “co-presidência” do sistema internacional pelas duas superpotências, que se reconciliariam no plano da segurança estratégica para assegurar a hegemonia conjunta da política internacional. Muitos textos da época da Guerra Fria assinalam a primazia do regime da “co-presidência” e da reconciliação em torno do modelo de equilíbrio vigente. Ver, por exemplo, Carral (1971).

¹⁷ Um exemplo eloqüente da prevalência de novos valores em uma realidade histórica pré-determinada é a relativização do conceito de soberania diante da primazia de valores universais, como a proteção à vida e à incolumidade física. O fim do regime do apartheid na África do Sul e a detenção do ex-ditador Augusto Pinochet em Londres, em 1998, seriam acontecimentos emblemáticos dessa transformação do sistema internacional.

¹⁸ Habermas (1997) efetua a ponte entre os ideais e sua concretização no direito por meio do conceito de ‘momento de validade’, em que instituições como as Nações Unidas passam a incorporar elementos utópicos e aspirações como as pretendidas por Kant em sua ‘Paz Perpétua’

¹⁹ Joseph Nye (2002) sustenta uma forma matizada de unipolarismo, conforme sua hipótese do “tabuleiro tridimensional de poder”, embora suas conclusões apontem para a predominância de um sistema internacional em que ainda prevalece o poderio militar, econômico e ideológico-cultural norte-americano.

²⁰ Metáfora que expressa essa característica essencial do realismo de consistir em uma modalidade de explicação das relações internacionais baseada no conflito e na competição é o slogan de uma locadora de automóveis, rejubilando-se por ocupar a segunda posição do mercado: “somos a número 2; nos esforçamos mais” (Layne, 1993:47).

²¹ Não é por outra razão que ultraconservadores do Partido Republicano e do Pentágono rejeitam expressamente o realismo como fundamento analítico para a política externa e a ação internacional dos Estados Unidos. O atual vice-presidente e então secretário de Defesa do governo George Bush, Dick Cheney, foi o responsável pela elaboração, em 1990, juntamente com o atual subsecretário de Defesa Paul Wolfowitz, dos chamados “Textos do Pentágono” (Pentagon papers), de acordo com os quais o órgão deve ter por objetivo expresso desencorajar possíveis competidores (cf. nota 8 acima). O realismo teórico das relações internacionais seria, portanto, o tipo de perspectiva a ser rejeitada como fundamento para a política externa dos EUA, conforme sustentou Nicholas Lehmann (2002): “‘Realismo’ é exatamente a doutrina de política exterior rejeitada pela equipe do Pentágono do vice-presidente Cheney, em parte porque atesta a impossibilidade de qualquer país vir a dominar indefinidamente a política mundial”.

²² Atualização a que se dedicaram, em certa medida, teorias racionalistas – no sentido atribuído por Martin Wight (1992) – e construtivistas, na linha de Alexander Wendt (1992; 1995; 2003).

²³ Essas informações se baseiam no estudo de Rummel (1997) que estabelece uma correlação entre o nível de arbitrariedade de um regime político (autoritário, totalitário) e o número de vítimas em conflitos armados, civis ou externos, em que estiveram envolvidos. O levantamento indica que, durante os anos 1950 e 1960, havia em média 4 milhões de pessoas massacradas a cada ano nesses diversos conflitos, de diversas naturezas e motivações. Tal número cairia para menos de um milhão por ano a partir da década de 1980, com tendência decrescente nos anos seguintes. Rummel prescreve mais liberdade e mais democracia como antídotos ao “democídio”. Conclusões substancialmente idênticas (queda de 80% no número de genocídios e “politicídios” e diminuição “dramática” do número de regimes autoritários) foram alcançadas pelo Human Security Report 2005, da Universidade da Colúmbia Britânica (Human Security Center – University of British Columbia, 2005).

²⁴ Refiro-me ao bombardeio da embaixada da China em 1998 pela aviação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) durante a guerra no Kosovo e ao abatimento de um avião-espião norte-americano B-52 sobre a ilha de Honan, em setembro de 2000. Em ambos os casos, os norte-americanos pediram desculpas formais à China.

²⁵ Habermas (1997:363, ênfases no original) recorre a Parsons para definir o conceito de opinião pública que a habilita a constituir-se em expressão aglutinadora de poder internacional: “[...] opinião pública representa um capital político que pode ser utilizado para influenciar o comportamento eleitoral dos cidadãos ou a formulação de posições nos Parlamentos, agências governamentais e Cortes de Justiça. A influência política amparada pela opinião pública é convertida, naturalmente, em poder político – em uma capacidade de implementar decisões vinculantes – apenas quando afeta as crenças e decisões de membros autorizados do sistema político e determina o comportamento de eleitores, legisladores, funcionários e assim por diante. Do mesmo modo que o poder social, a influência política baseada na opinião pública pode ser convertida em poder político apenas por meio de instrumentos institucionalizados”.

²⁶ As relações entre estabilidade e “liberdade resiliente” foram propostas por Pettit (1993).

²⁷ Pesquisa CBS News/New York Times, 25/02/2008, ‘Looking Ahead to the General Election’, disponível em http://www.cbsnews.com/htdocs/pdf/FEBA-GENERAL_ELECTION.pdf.

²⁸ Melhor e mais abrangente tentativa de definir o fenômeno pode ser atribuída a Held et alii (1999), especialmente o capítulo I.

²⁹ Para uma aceção precisa do conceito de “neoliberalismo” como uma realidade eminentemente novecentista, ver Rosenberg (1986), sobretudo a introdução de Gian Enrico Rusconi.

³⁰ Não se pode considerar a reação terceiro-mundista ao sistema bipolar (como a formação do G-77, a realização das primeiras United Nations Conferences on Trade and Development (UNCTADs) e as conferências dos países não-alinhados, por exemplo) como uma reação “sistêmica” à ordem bipolar, uma vez que essas iniciativas, não obstante sua grande importância para a contestação da ordem, não deixaram de operar no âmbito de uma lógica estrita de confrontação, ou seja, o movimento reagia a uma ordem predeterminada, mas os países que dele participavam tinham na Guerra Fria uma referência indeclinável de suas respectivas políticas externas.

³¹ Przeworski (1989) sustenta, contudo, que o movimento de arrefecimento da militância ideológica em prol da composição de interesses entre capitalismo e socialismo remonta ao período entreguerras, em que se observa a ascensão da social democracia e do Estado de Bem-estar Social

³² Após o período das guerras contra Cartago – durante as duas primeiras havia equilíbrio de forças militares e ligeira supremacia naval de Cartago –, o longo período da Pax Romana foi caracterizado pela expansão, no mundo antigo, da influência cultural, e não militar, de Roma; no caso da Royal Navy britânica do século XIX, nunca houve um incontestado domínio dos mares nesse período, sendo a frota inglesa permanentemente desafiada pela França, Alemanha, Itália e Rússia. Em 1912, a Royal Navy chegou a dispor, fora de seu território insular, de apenas quatro navios de guerra, em Gibraltar, e de uma pequena esquadra, de segunda classe, estacionada em Malta. A este respeito, ver Coutau-Bégarie (2002).

³³ Essa lógica reducionista é igual ao dos anos Reagan, que considerava a ex-URSS, entre outros qualificativos, como o “império do mal” (the evil empire).

³⁴ O caráter opressor e autocrático do regime de Saddam pode ser estimado pela perseguição e violação sistemática das minorias curda e xiita do Iraque, ao longo dos anos 1980 e 1990, em que dezenas de milhares de membros dessas etnias foram mortos e centenas de milhares mantidos em campos de concentração. Note-se, contudo, que os Estados Unidos apoiaram Saddam Hussein durante a década de 1980 nas agressões e perseguições a essas minorias, diante do seu interesse de deter a expansão do fundamentalismo islâmico, no contexto da guerra entre o Irã e o Iraque.

³⁵ Uma das razões desse engano é justamente a característica de muitos povos islâmicos de viverem sob regimes que açambarcam os subsistemas da vida social (cultural, econômico e político) em torno de um grande sistema confessional, de uma teodicéia que, em última análise, dirige e orienta praticamente todos os demais aspectos da vida em sociedade. A leitura simplificadora do confrontacionismo deduz, desse modo, que, muito embora reconheça que o terrorismo nada tem a ver com o islamismo, o forte vínculo entre política e religião favoreceria os extremismos, a ação e a articulação de grupos terroristas no âmbito de Estados confessionais. Tal argumento é, contudo, inválido (uma “variável espúria”), uma vez que a pobreza e a falta de perspectivas sociais podem ser mais

facilmente consideradas como uma variável dependente do terrorismo, mais do que qualquer outra. Veja-se, sobre este aspecto, o texto de Costa (2004).

³⁶ O fato de os perpetradores das torturas em Abu-Ghraib estarem sendo julgados pelas próprias justiças norte-americana e britânica é positivo e mitiga o estarcimento global gerado pelas imagens das torturas. Dois fatores, entretanto, reduzem o mérito deste fato: as manifestações sem precedentes de repúdio da opinião pública mundial à degradação e ao vexame a que os soldados norte-americanos e britânicos ao mesmo tempo se submeteram e inflingiram; e o fato de a linguagem arrogante e triunfalista da administração Bush na campanha do Iraque ter sido, em grande medida, estimuladora da reação dos soldados, que decerto julgaram os prisioneiros iraquianos como humanos de categoria inferior e estavam absolutamente convencidos da impunidade, a ponto de não tentarem sequer dissimular as torturas. Nos meses que se seguiram à invasão do Iraque, meios de comunicação norte-americanos, especialmente dos estados do meio-oeste do país, descreviam a guerra como uma cruzada evangelizadora que libertaria os iraquianos da ignorância e da opressão. Em diversos estados dos EUA, os menos sutis ostentavam camisetas e circulavam em automóveis com adesivos em que se lia “Kick their ass, take their gas”, alusivos ao motivo crucial para a invasão e ao indisfarçado desrespeito que nutriam pelo povo iraquiano em geral.

³⁷ Os EUA ratificaram apenas duas das oito principais convenções da OIT que tratam da liberdade de associação (Convenções 87 e 98), abolição do trabalho escravo (29 e 105), igualdade de direitos (100 e 111) e eliminação do trabalho infantil (138 e 192). Dessas, apenas a 105 e a 192 foram ratificadas pelos EUA, ambas na década de 1990. Os EUA ratificaram, além disso, somente quinze do total de 160 convenções pactuadas na OIT. Outro fator expressivo do desinteresse do país em participar de regimes internacionais de proteção ao trabalho e da concertação multilateral de maneira geral é o fato de jamais ter-se reunido, durante o governo Bush, o Tripartite Advisory Panel on International Labour Standards (TAPILS), do Ministério do Trabalho dos EUA, que avalia e recomenda a adesão do país aos instrumentos de proteção ao trabalho da OIT.

³⁸ Faço uma análise da perda de prestígio e eficácia da democracia norte-americana – no sentido de propiciar o controle e a fiscalização do processo político e dos assuntos do Estado pelo conjunto dos cidadãos e da sociedade – em Cruz Jr. (1995).

³⁹ A busca por “armas de destruição em massa” no contexto da invasão do Iraque foi comandada pelo chamado “Grupo de Busca no Iraque” (em inglês, Iraq Survey Group – ISG), que mobilizou 1.200 agentes de inteligência dos EUA e Reino Unido, que vasculharam o país à procura de tais armas. O primeiro diretor do ISG, o agente David Kay, finalmente confessou, em janeiro de 2004, perante a Comissão de Defesa do Senado norte-americano, que: “estivemos errados o tempo todo, e isso é muito constrangedor”. Sobre a manipulação de informações pela Casa Branca em relação à capacidade militar do Iraque, ver, por exemplo, a matéria “White House Shelved Iraqi Trailers Report” (Washington Post, 12/4/06).

⁴⁰ O dia 15 de fevereiro de 2003 foi marcado como o dia de jornada mundial de protestos contra a invasão do Iraque, que reuniu, somente em Roma, 3 milhões de manifestantes. O protesto na Itália contra a invasão foi considerado, pelo Guinness World Records (2004:86), como a maior manifestação contra uma guerra em toda a história.

⁴¹ Ver Gallup International, de abril de 2003 (apud Roy Morgan Research Centre, 2003). Outros percentuais de repúdio à invasão, registrados antes que os Estados Unidos reconhecessem oficialmente a inexistência de armas de destruição em massa no Iraque, foram: Áustria, 69%; Finlândia, 55%; França, 65%; Alemanha, 68%; Grécia, 83%; Suíça, 67%; Rússia, 73%; e Turquia, 64%. Países que registraram o menor índice de repúdio à guerra foram Kosovo e Albânia, com menos de 10%, e Israel, com apenas 7%. O mais importante desses números, porém, talvez seja o da própria opinião pública iraquiana: 82% da etnia sunita e 69% dos xiitas exigem a retirada imediata das tropas estrangeiras do Iraque (de acordo com pesquisa daTVde Abu Dhabi e do instituto norte-americano de pesquisa de opinião pública Zogby International, veiculada em 23 de janeiro de 2005). O Iraq Centre for Research and Strategic Studies concluiu similarmente que 80% dos iraquianos se opõem à invasão estrangeira (cf. Tuner, 2004).

⁴² No tocante às relações entre pesquisas eleitorais, opinião pública e formação da sociedade civil, Habermas (1997:362) adverte que: “A opinião pública não é representativa no sentido estatístico. Não é um agregado de opiniões individualmente reunidas e privadamente professadas por pessoas isoladas. Não deve ser confundida com pesquisas de opinião. Estas correspondem a um certo reflexo da ‘opinião pública’ apenas se tiverem sido precedidas de um debate público focalizado e da formação de opinião correspondente em uma esfera pública engajada”. Os resultados da pesquisa nos países árabes, quando considerados à luz das observações de Habermas, indicam que a rejeição no Oriente Médio ao pólo coercitivo do sistema internacional é fator constitutivo e estrutural da opinião pública e da nascente sociedade civil dos países árabes, uma vez que o papel desempenhado pelos Estados Unidos nas tensões da região insere este país prioritariamente na agenda política do mundo árabe e na pauta de preocupações dos povos que o integram.

⁴³ O vice-primeiro-ministro John Prescott admitiu que a guerra no Iraque foi um fator “crucial” para a derrota trabalhista (Mullholland, 2004).

⁴⁴ Apesar da histórica eleição de Tony Blair para um terceiro mandato, a drástica redução do eleitorado trabalhista (Blair perdeu um terço dos votos recebidos em 1997), do número de cadeiras no Parlamento e o enfraquecimento da liderança do primeiro-ministro motivaram a rede BBC a avaliar que Tony Blair vencera as eleições “apesar dele, e não por causa dele”. O próprio Blair admitiu os efeitos da campanha iraquiana sobre as eleições britânicas e reconheceu que a guerra “divide profundamente” os britânicos. Tal avaliação é também corroborada pelo fato de os liberais democratas – que se opõem abertamente à guerra – terem derrotado tanto os trabalhistas quanto os conservadores em quarenta dos distritos britânicos com importante contingente eleitoral islâmico. Ao final, analistas atribuíram o triunfo de Blair ao desatualizado sistema eleitoral do país, em que as vitórias dos conservadores e democratas liberais em distritos mais populosos não puderam se traduzir em maioria no Parlamento, conformado majoritariamente, na nova legislatura, por deputados

trabalhistas eleitos em pequenos distritos, de baixa densidade populacional e eleitoral (Le Monde, 2006).

⁴⁵ Romano Prodi, “Voltemos ao Multilateralismo”, in Observatório da Imprensa, ano 12, nº 376, 11/4/2006

⁴⁶ Segundo Bourdieu (1972:178): “O habitus se define como um sistema de disposições duráveis e transferíveis – estruturas ‘estruturadas’ tendentes a funcionar como estruturas ‘estruturantes’ – que integram todas as experiências passadas e funciona a cada momento como matriz estruturante das percepções, das apreciações e ações dos agentes diante de certa conjuntura ou acontecimento que ele ajuda a produzir”.

⁴⁷ O Comitê Internacional da Cruz Vermelha e a ONG Human Rights Watch denunciaram o emprego de “tortura física e emocional” por soldados norte-americanos contra prisioneiros em Guantánamo e nas bases militares de Bagram e Kandahar, no Afeganistão, respectivamente. A esse respeito, ver Lewis (2004) e Douglas (2005).

⁴⁸ Jim Towey, um influente partícipe do círculo próximo do presidente Bush até fevereiro de 2002, membro de uma importante coalizão cristã conservadora que apoiou sua campanha, havia alertado pessoalmente o presidente quanto aos estreitos vínculos entre pobreza e terrorismo, valendo-se da imagem de que “se não drenarmos o pântano da injustiça no qual os mosquitos do terrorismo proliferam, jamais eliminaremos a sua ameaça” (Douglas, 2005). Ver nota 32 acima.

⁴⁹ Uma aparentemente notável exceção a essa regra terá sido o resultado das eleições nacionais australianas, de outubro de 2004, em que o primeiro-ministro conservador John Howard, que defende a invasão do Iraque, venceu seu opositor, o trabalhista Mark Latham, que se opõe à guerra. Como a invasão do Iraque praticamente não figurou na campanha australiana de 2004, as razões do triunfo de John Howard poderão ter radicado na grande prosperidade econômica do país durante o seu mandato, e na assim considerada desastrosa campanha do adversário trabalhista. O estrategista da campanha trabalhista Michael Costello afirmou que “a última semana de Mark Latham foi um verdadeiro inferno – cometeu todos os erros que poderia ter cometido” (Australia Herald, 13/9/04:A-2). O premier John Howard havia recebido, no entanto, em 2003, voto de desconfiança do Senado australiano – o primeiro caso em mais de um século naquele país – por sua decisão de apoiar a invasão do Iraque, com a manutenção de cerca de 150 soldados, nenhum envolvido em ações de combate. O fato de a economia estar em crescimento contínuo por mais de uma década e as taxas de juros e de desemprego estarem nos patamares mais baixos da história terão tido influência decisiva no resultado das eleições, pouco afetadas, por outro lado, pela reprovação da maioria dos australianos ao apoio do governo do seu país à campanha anglo-americana. O fato de o apoio australiano ter sido mais simbólico do que efetivo, e de o premier John Howard haver afirmado – em uma das poucas vezes em que o tema foi discutido na campanha eleitoral do ano passado – que “o envio de soldados ao Iraque não significa que a Austrália esteja apoiando a invasão” (sic) constituem elementos que parecem ter contado na decisão dos eleitores. Ver “Australians Re-elect Howard as Prime Minister” (New York Times, 10/10/04) e “Latham Blamed for ‘Train Wreck’” (The

Age, Melbourne, 11/10/04). Outro fator que certamente influenciou as eleições foi a memória dos ataques terroristas a Bali, ocorridos em 12 de outubro de 2002, que mataram 202 pessoas, das quais 88 eram australianas. As vítimas foram lembradas pelos australianos justamente no dia em que se anunciava a vitória de Howard nas eleições (“Bali Pains Linger on”, Camberra Times, 13/10/04).